

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANDRÉ DEL MASSO PATERNESE GUIMARÃES PEREIRA

**DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO TRATAMENTO CONCEITUAL,
CONTÁBIL E FISCAL DO GOODWILL DESDE A LEI N.º 6404/76 ATÉ O ANO DE
2015**

**FLORIANÓPOLIS
2015**

ANDRÉ DEL MASSO PATERNESE GUIMARÃES PEREIRA

**DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO TRATAMENTO CONCEITUAL,
CONTÁBIL E FISCAL DO GOODWILL DESDE A LEI N.º 6404/76 ATÉ O ANO DE
2015**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Máira Melo de Souza

FLORIANÓPOLIS

2015

ANDRÉ DEL MASSO PATERNESE GUIMARÃES PEREIRA

**DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO TRATAMENTO CONCEITUAL,
CONTÁBIL E FISCAL DO GOODWILL DESDE A LEI N.º 6404/76 ATÉ O ANO DE
2015**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 18 de novembro de 2015.

Prof. Dr. Marcelo Haendchen Dutra
Coordenador de Monografia

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Máira Melo de Souza
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Joisse Antônio Lorandi
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Ághata Frade Ferreira
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico a Álvaro e Ana Maria, amados pais que iluminaram minha vida;

A minhas irmãs, melhores amigas que jamais poderia ter;

A Roberta, companheira em todos os momentos;

Aos amigos que sempre levarei em meu coração;

Aos mestres que comigo compartilharam de seu conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, Álvaro e Ana Maria, que sempre me ensinaram a crescer sem deixar de lado o caráter e honestidade que por eles me foi ensinado. Seus esforços durante toda minha caminhada foram o mais importante incentivo para seguir em frente.

As minhas amadas irmãs, Ariane e Aléxia, que sempre serão fonte de conforto e carinho.

A minha querida Roberta, sempre presente e atenciosa, sem teus esforços esta etapa seria muito mais um sonho do que uma realidade. Com você divido meus sonhos e minhas conquistas.

A todas as amizades que tive a honra de ser presenteado ao longo de minha jornada, a cumplicidade ao longo desses anos foi essencial para que eu chegasse a esta etapa.

A professora Maíra, que me aceitou como orientando no último momento e garantiu que eu pudesse concluir esta etapa da melhor forma possível. Seu esforço e dedicação são um exemplo a todos os docentes.

A todos vocês, muitíssimo obrigado.

PEREIRA, André Del Masso Paternese Guimarães. **DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO TRATAMENTO CONCEITUAL, CONTÁBIL E FISCAL DO GOODWILL DESDE A LEI N.º 6404/76 ATÉ O ANO DE 2015**, 2015. 55 fls. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

RESUMO

O *goodwill* é caracterizado por ser um dos componentes da contabilidade de mais difícil mensuração, visto sua importância tanto contábil quanto fiscal tem seu tratamento regulamentado de forma expressa em leis e pronunciamentos contábeis. O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a evolução do tratamento conceitual, contábil e fiscal do *goodwill* desde a Lei n.º 6404/76 até o ano de 2015, para isto, foram analisadas as principais obras e documentos elaborados por cientistas da contabilidade e por legisladores que desenvolveram tanto o conceito atribuído ao *goodwill*, quanto às regulamentações de seus tratamentos contábil e fiscal desde a Lei n.º 6.404/76 até o ano de 2015. Dessa maneira, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental de algumas das principais obras da literatura contábil no Brasil, e de leis que tiveram impactos fundamentais quanto à definição e tratamento contábil e fiscal do *goodwill*. Por meio da análise bibliográfica e documental realizada foi possível identificar os conceitos atribuídos ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e traçar uma linha do tempo demonstrando as principais mudanças sofridas pelo *goodwill*, no Brasil, não somente em seu tratamento contábil, como também em sua regulamentação fiscal, dentro do intervalo de anos de 1976 até 2015.

Palavras-chave: *Goodwill*. Ágio por expectativa de rentabilidade futura. Lei n.º 6.404/76. Lei n.º 12.973/14. CPC-15 R1.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tratamento contábil e fiscal do <i>goodwill</i>	24
Quadro 2 - Aspectos fiscais sobre ágio e ganho por compra vantajosa	27
Quadro 3 - Estudos sobre o <i>goodwill</i> realizados no Brasil.....	29
Quadro 4 - Obras utilizadas na pesquisa	33
Quadro 5 - Leis e normas utilizadas na pesquisa.....	33
Quadro 6 - Caracterização dos dados levantados	36
Quadro 7 - Exposição das definições sobre o surgimento do <i>goodwill</i> dos autores estudados	38
Quadro 8 - Análise do conceito apresentado nas obras estudadas	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo das legislações que impactaram contabilmente sobre o <i>goodwill</i>	42
Figura 2 - Linha do tempo das leis que impactaram fiscalmente sobre o <i>goodwill</i>	45
Figura 3 - Linha do tempo: Principais eventos que impactaram sobre o tratamento do <i>goodwill</i>	48

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.	Artigo
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
IASB	<i>Internacional Accounting Standarts Board</i>
IRFS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IRPJ	Imposto de Renda Pessoal Jurídica
MEP	Método de Equivalência Patrimonial
MP	Medida Provisória
ORTN	Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
PL	Patrimônio Líquido
RFB	Receita Federal do Brasil
RIR	Regulamento de Imposto de Renda
RTT	Regime de Transição Tributária
S.A.	Sociedade Anônima
SPELL	<i>Scientific Periodicals Eletronic Library</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	13
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.2.1 Objetivo geral.....	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	15
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	15
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	16
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	16
 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	 18
2.1 ÁGIO POR EXPECTATIVA POR RENTABILIDADE FUTURA (<i>GOODWILL</i>)	18
2.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DO <i>GOODWILL</i>	22
2.3 TRATAMENTO FISCAL DO <i>GOODWILL</i>	24
2.4 ESTUDOS SOBRE O <i>GOODWILL</i> REALIZADOS NO BRASIL	28
 3 METODOLOGIA DA PESQUISA	 31
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	31
3.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA	32
3.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	34
3.4 CARACTERIZAÇÃO DOS DADOS	35
 4 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS.....	 37
4.1 APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO TRATAMENTO CONCEITUAL DO <i>GOODWILL</i> DESDE 1976 ATÉ 2015	37
4.2 APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO CONTÁBIL DO <i>GOODWILL</i> DESDE 1976 ATÉ 2015.....	41

4.3 APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO FISCAL DO GOODWILL DESDE 1976 ATÉ 2015.....	45
4.4 AVALIAÇÃO DA EVOLUÇÃO CONTÁBIL COM A EVOLUÇÃO FISCAL DO <i>GOODWILL</i> DESDE 1976 ATÉ 2015	47
5 CONCLUSÕES.....	50
5.1 CONCLUSÕES QUANTO AOS OBJETIVOS	50
5.2 CONCLUSÕES QUANTO AOS RESULTADOS	51
5.3 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	52
REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

Devido aos massivos incentivos fiscais criados pelo Governo Federal no início da década de 1970 as sociedades empresariais passaram a concentrar seus excedentes de recursos no mercado de ações, acarretando assim no *boom* da Bolsa de valores do Rio de Janeiro. Posteriormente devido ao elevado nível de especulação veio à estagnação econômica. Na intenção de recuperar o mercado acionário, em 1976, entrou em vigor a Lei n.º 6.404/76, a então nova Lei das Sociedades Anônimas (S.A.) modernizando as regras vigentes para as sociedades anônimas (PORTAL DO INVESTIDOR, 2015).

A Lei n.º 6.404/76 foi um catalizador do desenvolvimento contábil brasileiro, porém ao longo dos anos travou a evolução rumo às normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) que se dissipavam entre os mercados mais desenvolvidos. Os empresários nacionais viam o capital estrangeiro ficar cada vez mais caro e distante por conta das barreiras contábeis e o custo da convergência (IUDÍCIBUS, *et. al.* 2010).

A Lei n.º 6.404/76 foi um reflexo do crescimento da importância da contabilidade no Brasil, sem ela o desenvolvimento das sociedades econômicas seria atrasado, sendo que a regulamentação atrai a confiança do investidor contribuindo para um desenvolvimento mais acelerado.

Com o nascimento do IASB na década de 2000 o mundo passava a conhecer um novo padrão em suas normas contábeis, e percebendo a necessidade de se atualizar perante o mercado internacional, por meio da união das principais entidades não governamentais que regem a contabilidade no Brasil, emitiu-se a Resolução 1.055/05, que dava origem ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (IUDÍCIBUS *et. al.*, 2010).

Com a contabilidade ganhando força no cenário nacional, após sete anos de discussão, o Governo Federal aprovou a Lei n.º 11.638/07 que marcou o início da transição do Brasil as normas contábeis internacionais do IASB. Em seu texto, alterava a Lei n.º 6404/76, quebrando algumas das barreiras que impediam a adoção das normas internacionais, fazendo menção à figura do CPC e segregando a Contabilidade Fiscal daquela para fins societários (MARTINS *et. al.*, 2013).

Nesse momento da contabilidade no Brasil, com a legislação dando respaldo a um órgão não governamental que busca entre outros fatores aproximar a contabilidade brasileira daquela praticada internacionalmente adquirem-se novos horizontes para o avanço contábil.

Tal mudança gera dinamismo ao desenvolvimento sendo que as alterações passam a ser menos burocratizadas e podem acompanhar mais tempestivamente o mercado internacional.

Entretanto pela demora da publicação da Lei n.º 11.638/07 seu projeto encontrava-se defasado, sendo ainda necessárias diversas modificações na Lei n.º 6.404 para a completa convergência ao modelo internacional. Sendo assim com a conversão em lei da Medida Provisória (MP) n.º 449/08 criou-se a Lei n.º 11.941/09 que, entre outras modificações, extinguiu o ativo diferido e formalizava, no ponto de vista tributário, a separação entre o fisco e a contabilidade societária criando o Regime de Transição Tributária (RTT) (MARTINS *et. al.*, 2013).

Em meio a todo o desenvolvimento e crescimento da importância da contabilidade para sociedade como um todo, se percebe que as alterações de ordem contábil geram reflexos nos aspectos fiscais. Tais reflexos geram a necessidade de que as autoridades competentes estabeleçam e criem procedimentos de ordem fiscal acerca dos fatos contábeis para que a sociedade também se beneficie do desenvolvimento econômico trazido pela transparência proporcionada pela contabilidade.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Para que pudessem ser regulamentados diversos aspectos fiscais decorrentes das práticas das normas internacionais no Brasil, por meio da MP n.º 627/13, futuramente convertida em Lei n.º 12.973/14, o Governo Federal promoveu o fim do RTT. Tal medida possibilitou que ajustes de práticas contábeis para atendimento ao fisco fossem menos necessárias, assim os impactos decorrentes da adoção do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) passam a receber tratamentos específicos para fins fiscais (ALMEIDA; ALMEIDA, 2015).

Nesse ambiente de convergência aos padrões internacionais, dentre as principais alterações da Lei n.º 11638/07 está a criação do grupo Ativo Intangível. Dentro desse novo subgrupo introduzido na contabilidade brasileira está o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*), tema da presente pesquisa.

Souza (2015) esclarece que, por fazer parte de um conjunto de intangíveis existentes no ativo da sociedade e não ser possível que seu registro seja feito de forma individual, o *goodwill*, não atende aos critérios de reconhecimento para um intangível identificável, estes dispostos pelo CPC-04 R1 (2010).

Dessa maneira, Souza (2015) esclarece que a geração interna desse ativo não pode ser reconhecida na contabilidade, mas somente se por meio de aquisição em uma combinação de negócios (aquisição de controle por meio de aquisições, incorporações, fusões e cisões). No Brasil, o *goodwill* não é tratado no CPC-04 R1(2010), mas sim no CPC 15 R1 (2011).

De acordo com o CPC 15 R1 (2011, p. 22), o *goodwill* é “um ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, os quais não são individualmente identificados e separadamente reconhecidos”.

Ao longo do desenvolvimento da contabilidade brasileira o *goodwill* sofreu mutações em seu reconhecimento contábil e fiscal. Nesse contexto, as recentes alterações na legislação contábil e fiscal brasileira trazem mudanças quanto à tributação para o regime de apuração do Lucro Real de Imposto de Renda no que tange ao reconhecimento do *goodwill*, para Almeida e Almeida (2015, p. 172):

Com base nas novas regras trazidas pela Lei nº 12.973/14, o ágio reconhecido pela entidade investidora decorrente da aquisição de participação societária avaliada pelo MEP poderá ser excluído nas apurações de IRPJ e CSLL no período mínimo de cinco anos, após o evento especial (incorporação, cisão ou fusão).

A complexidade do tema *goodwill* também divide os entendimentos dos cientistas da área contábil, para Cavalcante, Caldas Neto e Andrade (2006, p.5):

A definição do que seja *goodwill*, a sua natureza, a sua característica de não ser separável do negócio como um todo e o seu tratamento contábil estão entre os objetos de estudo mais difíceis e controvertidos da Teoria Contábil, não existindo até hoje um consenso nem uma definição única aceita universalmente.

Diante desse cenário, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Quais alterações ocorreram na legislação brasileira pertinente ao tratamento conceitual, contábil e fiscal do *goodwill* desde a lei nº 6.404/76 até o ano de 2015?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é demonstrar a evolução do tratamento conceitual, contábil e fiscal do *goodwill* desde a Lei n.º 6404/76 até o ano de 2015.

1.2.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, pretende-se atingir os objetivos específicos apresentados a seguir:

1. Apresentar uma linha histórica do conceito de *goodwill* trazido por relevantes obras de contabilidade publicadas no Brasil;
2. Apresentar uma linha histórica do tratamento contábil do *goodwill* de 1976 até 2015;
3. Apresentar uma linha histórica do tratamento fiscal do *goodwill* de 1976 até 2015; e
4. Avaliar a evolução do tratamento contábil e fiscal do *goodwill* ao longo dos anos entre 1976 até 2015.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O desenvolvimento do presente trabalho procura aproximar o leitor da compreensão perante a mutação do tratamento contábil e fiscal do *goodwill* no Brasil nos anos entre 1976 e 2015. Nota-se que tal desenvolvimento busca que a contabilização nas entidades brasileiras caminhe em consonância com as normas internacionais de contabilidade e simultaneamente exista uma legislação fiscal que esteja ciente e alinhada desse desenvolvimento da contabilidade societária.

Para que a realização desta monografia pudesse ser feita foram necessárias pesquisas em fontes de bases documentais e bibliográficas sobre o tema abordado. No levantamento de pesquisas utilizando as expressões “*goodwill*” e “ágio por expectativa de rentabilidade futura” não foram identificados artigos que trouxessem um objetivo de estudo semelhante ao do presente trabalho, visto que nenhum deles buscava trazer um histórico das variações do *goodwill* em seu tratamento contábil e fiscal ao longo dos anos de 1976 até 2015.

Dentre os artigos identificados, aqueles que podem ser relacionados com o presente trabalho estão às obras de: Carlos Filho (2013); Cavalcante, Caldas Neto e Andrade (2006); e Martins (2010).

Além disso, notou-se que nenhum dos trabalhos entre os citados pretende demonstrar aspectos das alterações contábeis e fiscais oriundos da Lei n.º 12.973/14 no Brasil visto sua recente aprovação.

A pesquisa também se justifica por se tratar de um tema considerado de alta complexidade, mesmo entre os profissionais da área de auditoria, que estão acostumados a se deparar com situações que demandam conhecimento e técnica apurada.

A relevância da presente pesquisa também se justifica de cunho pessoal, visto que o autor tem como profissão a consultoria tributária em uma “*Big Four*” e vê como recorrente a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre o tema, que ao longo dos anos sofreu alterações importantes em seu reconhecimento tanto fiscal como contábil, se tornando presente em diversas situações em sua vida profissional.

Para Schmidt e Santos (2003, p.31), “a principal característica do *Goodwill* é que ele é um ativo que não pode ser separado pelo fato de seu valor estar relacionado a outros ativos. E não existe uma definição precisa ou única para sua denominação ou identificação quanto a sua natureza e forma de mensuração.” Diante desta afirmação que expressa a complexidade do *goodwill* o estudo do tema se torna relevante como pesquisa acadêmica.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo delimita-se ao estudo da evolução contábil e fiscal do *goodwill* dentro do período de 1976 a 2015. Dessa forma os ativos intangíveis identificáveis não estão dentro do escopo da presente pesquisa

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos, sendo estes: 1) Introdução; 2) Fundamentação Teórica; 3) Metodologia; 4) Análise e Descrição dos Resultados; e 5) Conclusões da pesquisa.

O capítulo 1, que traz a introdução, visa ambientar o leitor sobre a referente pesquisa, deixando-o a par de do momento histórico abordado. Nele são apresentados o tema e problema do presente trabalho, também são apresentados os objetivos e a justificativa da realização do estudo.

O capítulo 2 traz a fundamentação teórica que embasa a pesquisa, possibilitando assim o entendimento do assunto abordado. A fundamentação teórica é dividida entre os seguintes capítulos: 2.1 Ágio por expectativa por rentabilidade futura (*goodwill*); 2.2 Tratamento contábil do *goodwill*; 2.3 Tratamento fiscal do *goodwill* e; e 2.4 Estudos sobre o *goodwill* realizados no Brasil.

No capítulo 3 é apresentada a metodologia utilizada para alcançar os objetivos da pesquisa, contendo os seguintes tópicos: 3.1 Classificação da pesquisa; 3.2 Técnicas e instrumento de pesquisa; 3.3 Procedimentos de pesquisa; e 3.4 Caracterização dos dados.

O capítulo 4 apresenta os resultados oriundos da pesquisa e é dividido nos seguintes capítulos: 4.1 Apresentação da evolução do tratamento conceitual do *goodwill* desde 1976 até 2015; 4.2 Apresentação da evolução contábil do *goodwill* desde 1976 até 2015; 4.3 Apresentação da evolução fiscal do *goodwill* desde 1976 até 2015; e 4.4 Avaliação da evolução contábil com a evolução fiscal do *goodwill* desde 1976 até 2015.

Posteriormente, o capítulo 5 apresenta as conclusões da pesquisa e foi dividido em: 5.1 Conclusões quanto aos objetivos; 5.2 Conclusões quanto aos resultados; e 5.3 Sugestões para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Por meio da fundamentação teórica busca-se apresentar ao leitor as diversas apresentações que o *goodwill* teve ao longo dos anos estudados. Para que isso fosse possível foram realizadas pesquisas que envolveram livros e legislações, tanto anteriores como vigentes atualmente.

Para expor o assunto de maneira organizada este capítulo foi segregado da seguinte maneira: 2.1 Ágio por expectativa por rentabilidade futura (*Goodwill*); 2.2 Tratamento contábil do *goodwill*; 2.3 Tratamento fiscal do *goodwill*; e 2.4 Estudos sobre o *goodwill* realizados no Brasil.

2.1 ÁGIO POR EXPECTATIVA POR RENTABILIDADE FUTURA (*GOODWILL*)

Dentre as obras brasileiras identificadas como base para o presente trabalho o livro do autor Golveia (1982) é o de data de publicação mais antiga e nele traz o conceito mais primitivo sobre o *goodwill*. Na apresentação de Golveia (1982) o termo *goodwill* ainda não é utilizado e sua obra ainda aborda este ativo de maneira discreta.

A apresentação fornecida por Golveia (1982) tem foco na amortização do *goodwill* não se atendo a explicar este ativo. A descrição da “expectativa de rentabilidade futura da investida” é feita como sendo parte do custo de aquisição, em seu conceito que futuramente seria conhecido como *goodwill* é parte da combinação de negócios, para Golveia (1982, p.342):

Quando a investidora faz uma aquisição de cotas ou ações de uma investida, o montante que ela paga é originário de uma negociação entre comprador e vendedor (este pode ser inclusive a própria sociedade emitente das ações ou cotas), na qual inúmeros fatores exercem influência para se chegar a um acordo sobre o preço a ser pago por ação; Normalmente, porém, três são os fatores básicos determinantes do preço de aquisição:

1. Valor de mercado dos bens do ativo da investida;
2. Expectativa de rentabilidade futura pela investida, um fator que pode surgir por várias razões, como por exemplo, quando projeções fazem crer que a rentabilidade da sociedade será aumentada (ou diminuída) nos exercícios futuros, por redução dos custos, aumentos das vendas, etc..
3. Existências de fundo de comercio, bens intangíveis, ou razões econômicas não especificadas, não registradas na contabilidade, mas que tem valor maior ou menor para quem adquire a propriedade (ou parte desta) das ações de uma empresa.

Para Golveia (1982, p. 342) o conceito atribuído ao fundo de comércio carrega definição muito próxima a aquela atribuída ao *goodwill*, sendo “um direito de difícil determinação de valor”. Golveia (1982) exemplifica fundo de comércio como oriundo de uma loja localizada num centro comercial muito movimentado. Na contabilidade da empresa proprietária registra-se o bem apenas pelo seu valor líquido contábil, não constando a qualidade da localização da loja, que a diferencia de outros pontos de venda, tal ativo deve ser registrado contabilmente apenas se for adquirido de terceiros, significando que o fundo de comércio desenvolvido pela própria empresa não está registrado na contabilidade.

Em sua tese de doutorado o autor Martins, dez anos antes da obra de Golveia comentava sobre a confusão de termos apresentados pelos autores referentes a fundo de comércio e *goodwill*. O estudo apresentado por Martins (1972, p. 55), apresenta: “O uso da expressão “Fundo de comércio” como sinônimo de “*goodwill*” parece-nos bastante infeliz; não se trata esse ativo realmente de um fundo e nem sempre é derivado ou relacionado a comércio.”.

A obra de Martins (1972) não se tratava de um livro publicado, mas sim de uma tese de doutorado por ele defendido. Por esse motivo suas ideias não eram tão vastamente difundidas quanto à das obras publicadas, porém, apresentavam com fidedignidade o conceito correto para *goodwill* mesmo antes da Lei n.º 6.404/76.

Na definição trazida pelo Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, em 1995 o conceito de *goodwill* é novamente apresentado de maneira semelhante ao trazido por Golveia (1982). Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (1995, p. 264), “esse ágio (ou deságio) ocorre quando se paga pelas ações um valor maior (menor) que o patrimonial, em função de expectativa de rentabilidade futura da coligada ou controlada adquirida”.

No mesmo conceito também é apresentado, novamente, o fundo de comércio, definido por Iudícibus, Martins e Gelbcke (1995, p. 264) como:

O fundo de comercio representa uma gama de fatores intangíveis, como nome e tradição da empresa no mercado, imagem e qualidade de seus produtos, clientela já formada, qualidade e treinamento de seus funcionários, processos técnicos de fabricação, cartas-patentes, licenças etc..

Em publicação de outra obra, sob a denominação de Teoria da Contabilidade, Iudícibus (1997) trata o *goodwill* como um dos mais complexos assuntos da contabilidade e o considera de três maneiras distintas. A primeira como sendo o excesso do preço pago pela compra de um empreendimento ou patrimônio sobre o valor de mercado dos ativos líquidos do bem; nas consolidações, como o excesso de valor pago pela companhia-mãe por sua

participação sobre os ativos líquidos da subsidiária; e, por fim, como o valor atual dos lucros futuros esperados, descontados por seus custos de oportunidade.

Em relação à mensuração, Iudícibus (1997) acrescenta que outra forma alternativa de abordar o *goodwill* é por meio da técnica de orçamento de capital. Para tal o *goodwill* seria a diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa gerados pelo empreendimento e o valor de custo dos elementos que geraram tal fluxo.

De qualquer forma, Iudícibus (1997) salienta que há diversas dificuldades na projeção real do lucro (ou fluxos de caixa) gerado, existindo um abismo conceitual em torno do *goodwill*, pois se deseja delimitar algo que deve ser subjetivo. O referido autor afirma que se trata do “elemento mais intangível dos intangíveis”.

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 390), “o principal exemplo de um intangível que não possui usos alternativos, não é separável, e cujos benefícios são muito incertos, é o *goodwill*”. Tendo essa afirmação se reforça a dificuldade da mensuração e reconhecimento desse ativo conhecido no Brasil como ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Para Hendriksen e Van Breda (1999, p. 392), “o *goodwill* é o mais importante ativo intangível na maioria das empresas”. Logo, para que seja possível a mensuração do *goodwill* devem-se dar três enfoques, sendo eles a avaliação das atitudes favoráveis em relação à empresa, a diferença entre os lucros esperados e o retorno considerado normal sobre o investimento (não incluindo o *goodwill*) e por meio de conta geral de avaliação, que é a diferença entre o valor da empresa em seu total e os seus ativos líquidos tangíveis e intangíveis avaliados individualmente.

Novamente, é necessário citar o Manual de Contabilidade por ações devido a sua credibilidade e importância na contabilidade brasileira, para a Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003) o nascimento do *goodwill* (que ainda não é tratado por este nome) é durante a combinação de negócios onde se paga um valor a mais que o patrimonial em função de uma possível rentabilidade futura da nova coligada ou controlada recém-adquirida.

Nas descrições de Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003; 2009) o *goodwill* tem a mesma definição que em 1995, porém recebe maior relevância, pois passa a ser exemplificado na contabilização da combinação de negócios ao invés do fundo de comércio, pois passa a ocorrer com maior frequência por envolver inúmeras situações e abranger diversas possibilidades. Esta constatação é evidenciada nos próximos anos, pois os conceitos deixam de ser abordados separadamente.

O Manual de Contabilidade Societária em 2010 traz uma proposta de *goodwill* diferente daquela trazida nas suas edições anteriores. Nesta edição o conceito de *goodwill* é separado daquele trazido como fundo de comércio e é dado como o motivo pelo qual uma sociedade pagaria mais por uma empresa do que ela vale na contabilidade, Iudícibus *et. al.* (2010, p. 175) esclarecem que:

Os fatores que implicam no surgimento de pagamento por valor maior que o patrimonial são então basicamente dois: (a) os ativos da investida, líquidos dos passivos, mensurados a valor justo individualmente, valem mais do que o valor contábil; e/ou (b) paga-se mais até do que o valor justo dos ativos líquidos da investida, porque se esperam lucros acima do normal dessa investida, ou seja, paga-se por expectativa de rentabilidade futura, o que também se chama de fundo de comércio ou goodwill. Como regra, não se paga por uma empresa ou parte dela menos do que valem seus ativos e passivos mensurados a valor justo individualmente. Todavia, se ocorrer, tem-se o que se denomina de ganho por compra vantajosa ("deságio").

Pela definição dada por Iudícibus *et. al.* (2010), que é mantida na segunda edição do Manual de Contabilidade Societária em 2013 os conceitos de fundo de comércio e *goodwill* são unidos em um só sendo assim contabilizados de forma única dentro do plano de contas.

Essa definição então atribui ao *goodwill*, na contabilidade brasileira, todos os benefícios esperados oriundos de um conjunto de intangíveis que não foram possíveis de registro individual, mas são fundamentais para a existência das empresas no mercado, pois são por conta deles que a empresa se diferencia das outras sociedades.

Os conceitos contábeis atualmente usados no Brasil são os determinados pelo CPC que, em 2010, em consonância com a contabilidade internacional e levando em consideração o *International Financial Reporting Standards* (IRFS) de número 3, emitiu o pronunciamento do CPC 15 R1 que passa a delimitar as regras contábeis para as combinações de negócios no Brasil, e assim, a forma como o *goodwill* deve ser mensurado e contabilizado.

Martins *et. al.* (2013) segue rigidamente as orientações do CPC-15 R1 (2010) quanto ao reconhecimento do *goodwill*. Os referidos autores citam o CPC 15 R1 para explicar esse ativo:

De acordo com os itens 32 e 42 do CPC 15, o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*), no caso do exemplo, será determinado pela diferença positiva entre: (i) a soma do valor da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida (mensurada a valor justo) com o valor justo da participação preexistente mantida pela adquirente e mais o valor atribuído à participação de não controladores; e (ii) o valor justo dos ativos Líquidos identificáveis da adquirida (CPC 15 R1 2010).

Visualizando o desenvolvimento da ideia de *goodwill* ao longo dos anos nota-se sua construção como intangível complexo e essencial para a contabilidade, dando valor a bens intangíveis que não puderam ser identificados de maneira individual e precisa. O *goodwill*, como descrito nesse capítulo, engloba diversos bens da sociedade que indicam ao adquirente na combinação de negócios uma “boa vontade” em relação à participação na sociedade adquirida, que o renderá possíveis lucros oriundos de um pagamento superior ao valor justo do patrimônio líquido da empresa investida.

2.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DO *GOODWILL*

Os conceitos trazidos pelas obras apresentados no item 2.1 deste capítulo limitaram-se a dispor sobre como o *goodwill* é definido no Brasil, ao longo dos anos estudados. Neste item 2.2 estão apresenta das às orientações de como os lançamentos contábeis foram realizados durante a mesma série histórica e como são atualmente seguindo as orientações do CPC.

Ao longo da leitura das obras visualiza-se que o conceito da existência do *goodwill* deve, obrigatoriamente, ser oriundo de uma combinação de negócios, não podendo ser simplesmente gerado internamente e contabilizado pela sociedade. A partir dessa constatação trabalha-se com a ideia de que a contabilização do *goodwill* será sempre um lançamento a débito para a empresa adquirente junto a uma aquisição.

Inicialmente o *goodwill* era pouco difundido na contabilidade brasileira, tendo seu conceito ainda disperso com o antigo fundo de comércio. Segundo Golveia (1982), para se contabilizar o custo de aquisição se deveria desdobrar o custo de aquisição em dois valores, sendo que deveria haver o registro na contabilidade dos valores separadamente. Na época, por conta da instabilidade econômica deveria ser utilizada a tabela hipotética da cotação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) para apresentar o valor correto.

Na década seguinte (anos 1990), a orientação de contabilização de Iudícibus, Martins e Gelbcke (1995) também começa a mesclar o conceito atualmente conhecido de ágio por rentabilidade futura com o de ágio por fundo de comércio, intangíveis, ou outras razões econômicas.

Referente à contabilização correta, utilizada em 2015, sobre o *goodwill* por Iudícibus, *et al.*(2010) nota-se deram preferência por contabilizar o fundo de comércio como o intangível responsável pelo exemplo de ágio na aquisição. Como se vê anteriormente com o avanço da contabilidade o conceito de fundo de comércio é englobado pelo *goodwill* nas

descrições do autor tornando o intangível alvo do estudo mais completo, complexo e abrangente.

Vale ressaltar que o Parecer de Orientação nº 15 da CVM foi motivado em virtude de grande parte das empresas apresentarem como fundamentação do valor do ágio a extinta conta de “outras razões econômicas”, que por natureza é abrangente, assim, não enaltecendo ao usuário contábil a razão do ágio (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE. 1995).

Com a convergência as normas internacionais revolucionando a contabilidade brasileira nos anos subsequentes por meio da Lei n.º 11.638/07, Lei n.º 11.941/09 e do CPC 15 R1 (2011) a denominação de *goodwill* é finalmente apresentada como ágio por expectativa de rentabilidade futura e passa a ter novas regras de contabilização.

Por meio do item 32 do CPC 15 R1 (2011, p. 9) a forma contábil de como tratar o *goodwill* é evidenciada sendo:

O adquirente deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), na data da aquisição, mensurado pelo montante que (a) exceder (b) abaixo:

- (a) a soma: (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, mensurada de acordo com este Pronunciamento, para a qual geralmente se exige o valor justo na data da aquisição (ver item 37);
- (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida, mensuradas de acordo com este Pronunciamento; e (iii) no caso de combinação de negócios realizada em estágios, o valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação;
- (b) o valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, mensurados de acordo com este Pronunciamento.

Na orientação do CPC 15 (R1) de 2011, referente à citação supracitada, quando o item (b) citado é superior ao item (a) ocorre uma compra vantajosa. Caso essa situação permaneça mesmo após se certificar de que todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos foram corretamente identificados, e reconhecendo os possíveis ativos ou passivos adicionais identificados, outro procedimento deve ser realizado.

Deve-se então proceder com a revisão de todos os seguintes itens para haver a certificação do valor: (1) ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos; (2) participação de não controladores na adquirida, se houver; (3) no caso de combinação de negócios realizada em estágios, qualquer participação societária anterior do adquirente na adquirida; e (4) a contraprestação transferida para obtenção do controle da adquirida. Permanecendo a compra vantajosa O ganho deve ser atribuído ao adquirente (CPC 15 R1, 2011).

Nota-se que o tratamento do *goodwill* com a normatização do CPC tem caráter muito mais completo e complexo, sendo abordado em diversas possibilidades em sua descrição na literatura que anteriormente se restringiam a abordar os lançamentos e mensuração e o tratamento de sua amortização.

Almeida e Almeida (2015) apresentam um quadro que resume como são realizados o tratamento contábil e fiscal do *goodwill*:

Quadro 1 - Tratamento contábil e fiscal do *goodwill*

DESCRIÇÃO	ASPECTOS CONTÁBEIS
Ágio	Reconhecido como subconta do investimento nas demonstrações individuais. Não amortizado e sujeito ao teste de recuperabilidade (<i>Impairment</i> - CPC 01)
Ganho proveniente de Compra Vantajosa	Reconhecido no resultado da investidora no momento da aquisição do investimento.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado da obra de Almeida e Almeida (2015, p. 175).

O Quadro 1 demonstra os conceitos expostos por Almeida e Almeida (2015), diferenciando ágio de ganho proveniente de compra vantajosa em seus aspectos contábeis. Nota-se que o autor apresenta o *goodwill* apenas como ágio sem denominar como ágio por expectativa de rentabilidade futura.

2.3 TRATAMENTO FISCAL DO *GOODWILL*

Após a vigência da Lei n.º 6.404/76 entrou em vigor a Lei n.º 1.598/77 que passou a adaptar a legislação do imposto sobre a renda às inovações da Lei de Sociedades por Ações, assim regulamentando o tratamento fiscal sobre as operações que culminam no fato gerador do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica. A partir da Lei n.º 1.598/77, que vigora desde então, que se regulamenta o tratamento fiscal atribuído ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (BRASIL, 1977).

Dessa maneira, no Brasil, a Lei n.º 1.598/77, a Lei n.º 9532/97 e o Regulamento de Imposto de Renda (RIR) dispunham sobre os critérios usados para tributação do *goodwill*. O regulamento do Imposto de Renda (1980), que regulamentava sobre os tratamentos fiscais

entre os anos de 1980 até 1994 era oriundo do Decreto n.º 85.450/80, nele a menção sobre a necessidade do desdobramento do custo de aquisição era dado em seu Art. 259:

Art. 259: O contribuinte que avaliar investimento em sociedade coligada ou controlada pelo valor de patrimônio líquido deverá, por ocasião da aquisição da participação, desdobrar o custo de aquisição em (Decreto-Lei n.º 1.598/77, art. 20):

I - valor de patrimônio líquido na época da aquisição, determinado de acordo com o disposto no art. 260; e

II - ágio ou deságio na aquisição, que será a diferença entre o custo de aquisição do investimento e o valor de que trata o inciso anterior.

§ 1º O valor de patrimônio líquido e o ágio ou deságio serão registrados em subcontas distintas do custo de aquisição do investimento (Decreto-Lei n.º 1.598/77, art. 20, § 1º).

§ 2º O lançamento do ágio ou deságio deverá indicar, dentre os seguintes, seu fundamento econômico (Decreto-Lei n.º 1.598/77, art. 20, § 2º):

I - RETIRAR

a) valor de mercado de bens do ativo da coligada ou controlada superior ou inferior ao custo registrado na sua contabilidade;

b) valor de rentabilidade da coligada ou controlada, com base em previsão dos resultados nos exercícios futuros;

c) fundo de comércio, intangíveis e outras razões econômicas.

§ 3º O lançamento com os fundamentos de que tratam as alíneas a e b do parágrafo 2 deverá ser baseado em demonstração que o contribuinte arquivará como comprovante da escrituração (Decreto-Lei n.º 1.598/77, art. 20, § 3º).

Em seu art. 264, o Decreto n.º 85.450/80 no tocante ao tratamento para imposto de renda da amortização do ágio disposto no art. 259 discorre que os valores de amortização não deveriam ser tratados na apuração do lucro real, sendo sujeito á:

Art. 264: As contrapartidas da amortização do ágio ou deságio de que trata o art. 259 não serão computadas na determinação do lucro real, ressalvado o disposto no art. 323 (Decreto-Lei n.º 1.598/77, art. 25, e Decreto-Lei n.º 1.730/79, art. 1º, III).

§ 1º Até o exercício financeiro de 1980, o ágio ou deságio na aquisição da participação, cujo fundamento tenha sido a diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos bens do ativo da coligada ou controlada (art. 259, parágrafo 2º, alínea a), deverá ser amortizado no exercício social em que os bens que o justificaram tenham sido baixados por alienação ou perecimento, ou nos exercícios sociais em que seu valor tenha sido realizado por depreciação, amortização ou exaustão (Decreto-Lei n.º 1.598/77, art. 25, e Decreto-Lei n.º 1.730/79, artigos 1º, III e 8º).

§ 2º A contrapartida da amortização do ágio ou deságio nos termos do parágrafo anterior somente será computada na determinação do lucro real pela diferença entre o montante da amortização e o da participação do contribuinte (Decreto-Lei n.º 1.598/77, art. 25, § 1º):

a) no resultado realizado pela coligada ou controlada na alienação ou baixa dos bens do ativo cujo valor tenha constituído o fundamento econômico do ágio ou deságio; ou

b) no valor realizado pela coligada ou controlada na depreciação, amortização ou exaustão desses bens.

§ 3º Concomitantemente com a amortização, na escrituração comercial, do ágio ou deságio a que se refere este artigo, será mantido controle, no Livro de Apuração do Lucro Real, para efeito de determinação do ganho ou perda de capital na alienação ou liquidação do investimento (art. 323).

O Decreto n.º 1.041/94 faz suas recomendações ao tratamento fiscal tanto do reconhecimento quanto da amortização do *goodwill* mantém as orientações do RIR de 1980 que são regulamentados pelo Art. 20 do Decreto Lei n.º 1.598/77.

A redação da Lei n.º 1.598/77, e suas conseqüentes alterações, determina a maneira como as regras fiscais que as empresas que adquirissem investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial deveriam desdobrar o reconhecimento do investimento entre o custo de aquisição (indicando o valor proporcional adquirido do patrimônio líquido da investida) e ágio (diferença do PL da investida e o custo de aquisição). O ágio pode ser fundamentado pelos critérios de (a) valor de mercado de bens do ativo da investida superior ou inferior ao custo registrado na sua contabilidade; (b) valor de rentabilidade da investida, com base em previsão dos resultados nos exercícios futuros; e fundo de comércio, intangível e outras razões econômicas.

Pelo artigo 7º da Lei n.º 9.532/97 a dedutibilidade fiscal do ágio na combinação de negócios se daria por três tipos de fundamentações diferentes: o ágio por expectativa de rentabilidade futura com amortização fiscal de no mínimo 5 anos, o ágio pelo valor de mercado dos ativos da investida que seriam deduzidos através da realização dos bens e o fundamentado pelo fundo de comércio, intangível e outras razões, que, por sua vez, não poderiam ser amortizados fiscalmente.

A abordagem da Lei n.º 9.532/97 teria vigor para combinações de negócios até dezembro de 2014, pois com as recentes mudanças introduzidas nas regras contábeis no Brasil, o ágio é reconhecido pelo valor pago a mais pelos bens líquidos da adquirida (ativos e passivos) avaliados pelo valor justo. Assim a alteração significativa de reconhecimento do ágio passa da diferença do valor do investimento com o valor do patrimônio líquido (PL) da investida para ser o valor pago pelo investimento e o PL (ativos líquidos dos passivos) da investida avaliada a valor justo (ALMEIDA; ALMEIDA, 2015).

Atualmente, a Lei n.º 12.973/14 dispõe expressamente sobre a dedutibilidade para fins de apuração do lucro real em sua subseção III, art. 22, referente ao *goodwill* reconhecido poderá ser feita no período mínimo de cinco anos a partir da data da aquisição:

Art. 22: A pessoa jurídica que absorver patrimônio de outra, em virtude de incorporação, fusão ou cisão, na qual detinha participação societária adquirida com ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) decorrente da aquisição de participação societária entre partes não dependentes, apurado segundo o disposto no inciso III do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, poderá excluir para fins de apuração do lucro real dos períodos de apuração subsequentes o saldo do referido ágio existente na contabilidade na data da aquisição da participação societária, à razão de 1/60 (um sessenta avos), no máximo, para cada mês do período de apuração.

§ 1º O contribuinte não poderá utilizar o disposto neste artigo, quando:

I - o laudo a que se refere o § 3º do art. 20 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, não for elaborado e tempestivamente protocolado ou registrado;

II - os valores que compõem o saldo do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) não puderem ser identificados em decorrência da não observância do disposto no § 3º do art. 37 ou no § 1º do art. 39 desta Lei.

§ 2º O laudo de que trata o inciso I do § 1º será desconsiderado na hipótese em que os dados nele constantes apresentem comprovadamente vícios ou incorreções de caráter relevante.

§ 3º A vedação prevista no inciso I do § 1º não se aplica para participações societárias adquiridas até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes.

A exigência da legislação, entretanto, é a existência de laudo elaborado por perito independente para suportar a avaliação a valor justo do acervo líquido da investida devidamente protocolado na Receita Federal do Brasil (RFB). Para fins contábeis não há amortização, mas sim Teste no Valor Recuperável (*Impairment test*) do *goodwill* conforme CPC 01 R1 no mínimo anualmente. Dessa forma mesmo que seja reconhecida a provisão de valor recuperável sobre o *goodwill* na contabilidade a dedutibilidade fiscal é realizada através da exclusão das bases de cálculo de IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)(ALMEIDA; ALMEIDA, 2015).

Por fim, as definições vigentes pela Lei n.º 12.973/14 para o tratamento fiscal de incorporação, fusão ou cisão do investimento avaliado pelo MEP comparando o ágio com o ganho por compra vantajosa pode ser resumido no Quadro2:

Quadro 2 - Aspectos fiscais sobre ágio e ganho por compra vantajosa

Descrição	Aspectos fiscais
Ágio	Saldo do ágio existente na contabilidade na data da aquisição da participação societária poderá ser excluído para fins de determinação do Lucro Real à razão de 1/60 avos, no máximo, para cada mês do período de apuração.
Ganho por compra vantajosa	O valor do ganho proveniente de compra vantajosa deverá ser computado na determinação do lucro real a partir data do evento societário de incorporação, fusão, cisão, razão de, no mínimo, 1/60 para cada mês de apuração.

Fonte: Almeida e Almeida (2015, p. 175).

O Quadro2 apresenta o tratamento exigido pelo fisco para fins de Imposto de Renda quanto à amortização do ágio e do ganho por compra vantajosa.

No tópico seguinte serão apresentados os trabalhos identificados que possuem semelhança ao tema abordado nesta monografia.

2.4 ESTUDOS SOBRE O *GOODWILL* REALIZADOS NO BRASIL

A seguir, serão apresentados os trabalhos identificados sobre o tema *goodwill* na base *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL), onde foram fixadas as palavras-chaves: “*goodwill*” e “ágio por expectativa de rentabilidade futura”, sendo estas, também, palavras-chave do presente trabalho.

A pesquisa originou um total de onze artigos publicados com as palavras-chave relacionadas, dentro deles apenas quatro possuíam alguma semelhança como o estudo histórico do *goodwill*, mas nenhum com intenção de traçar uma linha sobre os conceitos apresentados referentes a este ativo. A data base em que a pesquisa foi realizada é a de dia 16 de agosto de 2015.

A seguir será apresentado o Quadro 3 que demonstra o resultado da pesquisa supracitada. Nele são abordadas as obras selecionadas, os objetivos das pesquisas, o período de análise e um resumo dos resultados apresentados pelos autores.

Quadro 3 - Estudos sobre o *goodwill* realizados no Brasil

Autores	Objetivo e período analisado	Resultados
Carlos Filho (2013)	Impactos das adoções das normas internacionais sobre os intangíveis no Brasil. Período analisado: 2005 à 2013.	Ao longo da pesquisa os autores buscaram comprovar os impactos sobre os ativos intangíveis no Brasil oriundos das conversões trazidas pelas normas internacionais. O estudo se utiliza do <i>goodwill</i> em diversos momentos por conta de sua riqueza de especificidades.
Cavalcante, Caldas Neto e Andrade (2006)	Apresentar maneiras de identificar e mensurar o <i>goodwill</i> . Período analisado: 1997 e 2006.	Identifica a importância e dificuldade de mensurar o intangível, que para tal necessita de conhecimentos não apenas contábeis, mas de mercado e finanças.
Squena e Pasuch (2010)	Demonstrar os conceitos de intangíveis com ênfase em <i>goodwill</i> . Abrange o conceito apresentado por Martins em 1972 e os conceitos vigentes em 2009.	A pesquisa identifica que a contabilidade deve determinar quais bens uma entidade possui. Somente por meio de bens tangíveis essa mensuração não é possível, para tal os intangíveis concluem esse valor. Dentro dos intangíveis o <i>goodwill</i> se destaca, pois é o mínimo de lucro que a empresa tem a oferecer ao seu investidor.
Martins <i>et al.</i> (2010)	A pesquisa analisa os conceitos utilizados sobre <i>goodwill</i> em trabalhos científicos. Abrange os conceitos trazidos por Martins em 1972 e os conceitos vigentes em 2009.	Identificou 138 artigos, nacionais e internacionais onde 47 apresentavam o <i>goodwill</i> e desses 18 traziam definições erradas sobre o <i>goodwill</i> . Tais erros, em sua maioria atribuíam a este intangível ser diferença entre o valor de mercado e o valor contábil do patrimônio. Tais distorções provocam à perda de valor acadêmico das pesquisas de levantamento do ativo, e extinguem a credibilidade das demonstrações contábeis que se utilizem dessas pesquisas para calcular o real valor do <i>goodwill</i> .

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos artigos identificados.

O Quadro 3 demonstra os estudos que possuem ligação com tema apresentado por este trabalho. Identifica-se que nenhum deles possui caráter de desenvolver uma série histórica sobre os termos ou tratamentos contábeis atribuídos ao *goodwill* ao longo dos anos seguintes a criação da Lei n.º 6.404/76 no Brasil.

Os estudos, com exceção do realizado por Martins *et. al.* (2010), não analisam diferentes conceitos apresentados ao longo do tempo, apenas a maneira como deve-se identificar e contabilizar corretamente este ativo intangível.

A obra de Carlos Filho *et. al.* (2013) apesar de não ter foco no estudo do *goodwill* faz uso deste ativo intangível para demonstrar as mudanças oriundas da absorção das IFRS no Brasil. O estudo demonstra uma noção da versão mais recente do conceito de *goodwill*, porém não traz as ideias das versões mais antigas desses conceitos, nem o tratamento fiscal.

A obra de Cavalcante, Caldas Neto e Andrade (2006) torna-se relevante por evidenciar as diversas naturezas pelas quais se fazem necessárias para entender o *goodwill*. Não se é possível identificar a expectativa futura de um bem sem que se use de dados matemáticos, econômicos e financeiros.

Squena e Pasuch (2010) trazem em sua pesquisa dados sobre o *goodwill* de antes da Lei n.º 6.404/76 escritos por Martins (1972) para referenciar sua obra, logo a pesquisa se torna bastante abrangente em sua análise temporal. A pesquisa busca englobar o tratamento dos bens intangíveis no geral, mas foca no *goodwill* pela sua complexidade e impossibilidade de existir sem que esteja vinculado a outro bem. A autora define o *goodwill* como a menor expectativa de lucro possível que um bem adquirido em combinações de negócios pode gerar.

Por fim, a obra que mais se aprofunda no estudo dos conceitos abordados sobre o *goodwill* é a obra de Martins *et. al.* (2010) onde são reunidos 138 trabalhos acadêmicos e são analisados e identificados erros conceituais sobre o tema. A pesquisa tem como base a tese de Martins (1972) que definiu com exatidão o conceito de *goodwill*. Em sua pesquisa Martins *et. al.* (2010) tentam explicar a razão de tantas definições equivocadas sobre o *goodwill* chegando à conclusão e apresentar a totalidade dos erros em teses e artigos nacionais e internacionais.

O presente trabalho se difere da obra de Martins *et. al.* (2010) na abordagem do tema. Esses autores preocuparam-se em identificar os erros conceituais referentes ao *goodwill*, não apresentando dados sobre o tratamento contábil tampouco sobre o tratamento tributário do *goodwill* ao longo dos anos desde a Lei n.º 6.404/76. A base para o trabalho de Martins *et. al.* (2010) são somente artigos e dissertações enquanto o presente trabalho baseia-se principalmente em livros publicados e na legislação brasileira desde 1976.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa busca demonstrar a evolução do tratamento contábil e fiscal do *goodwill* desde a Lei n.º 6404/76 até o ano de 2015. Para Gil (2002) na metodologia descrevem-se os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. É esperado que de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa existam variações em sua organização, mas devem evidenciar o tipo da pesquisa, a coleta e a análise de dados.

O capítulo de metodologia está dividido nos seguintes tópicos: 3.1 Classificação da pesquisa, 3.2 Técnicas e instrumento de pesquisa, 3.3 Procedimentos de pesquisa e 3.4 Caracterização dos dados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como qualitativa. O desenvolvimento de um estudo qualitativo traz um corte temporal-espacial de um determinado fenômeno, tal corte define o campo e a dimensão do trabalho servindo como o território a ser mapeado (NEVES, 1996). Gil (2002, p.133) explica que:

A análise qualitativa é menos formal do que a análise quantitativa, pois nesta última seus passos podem ser definidos de maneira relativamente simples. A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

Optou-se pela realização de um estudo descritivo, para que a apresentação se fizesse de maneira mais analítica, para Marconi e Lakatos (2003, p.187) as pesquisas descritivas:

Consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. Qualquer um desses estudos pode utilizar métodos formais, que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses. Todos eles empregam artifícios quantitativos tendo por objetivo a coleta sistemática de dados sobre populações, programas, ou amostras de populações e programas.

Pela necessidade de levantamento de legislação, literaturas e artigos científicos que abrangessem o tema *goodwill*, bem como seu tratamento contábil e fiscal, foi necessária uma análise tanto bibliográfica quanto documental. Para Gil (2002, p.45):

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Para que fosse possível fazer o presente trabalho foi necessário fazer um levantamento dos principais artefatos documentais referentes ao tema, assim como de livros especializados no tema contábil, neles foram levantadas as leis e literaturas que impactam o tratamento do *goodwill*, sendo assim, além do caráter bibliográfico a presente monografia também é documental.

3.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para realizar a pesquisa que originou o trabalho fez-se necessário o levantamento de obras sobre orientações contábeis. Decidiu-se por identificar relevantes obras de contabilidade ao longo dos anos analisados, que tivessem influência significativa sobre o usuário da informação contábil no Brasil.

Os livros utilizados na pesquisa foram representados no Quadro 4 para melhor organizar o trabalho e facilitar a visualização do leitor referente às obras utilizadas.

Quadro 4 - Obras utilizadas na pesquisa

Ano	Autores	Título da Obra
1982	Golveia	Contabilidade
1995	Iudícibus, Martins e Gelbcke	Manual de contabilidade das sociedades por ações
1997	Iudícibus	Teoria da contabilidade
1999	Hendriksen e Van Breda	Teoria da contabilidade
2003	Iudícibus, Martins e Gelbcke	Manual de contabilidade das sociedades por ações
2009	Iudícibus Martins e Gelbcke	Manual de contabilidade das sociedades por ações
2010	Iudícibus <i>et. al.</i>	Manual de contabilidade societária
2013	Martins <i>et. al.</i>	Manual de contabilidade societária
2015	Almeida e Almeida	Regulamentação Fiscal das Normas Contábeis do IFRS e CPC – Lei nº 12.973/14

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas obras estudadas.

Além dos livros presentes no estudo também foi necessária uma busca pela legislação vigente em cada momento analisado na literatura, para que fosse possível criar-se uma relação entre os entendimentos fiscais e contábeis.

Dessa maneira, para análise da evolução contábil o trabalho delimitou-se a leis de contabilidade e orientações da CVM e pronunciamentos CPC publicadas no Brasil durante o período de 1976 até 2015. Para análise da evolução fiscal o trabalho delimitou-se nas Leis de ordem fiscal publicadas no Brasil durante o período de 1976 até 2015. As leis e normas utilizadas são apresentadas a seguir no Quadro 5:

Quadro 5 - Leis e normas utilizadas na pesquisa

Ano	Autores	Obra
1976	Presidência da República	Lei nº. 6.404
1977	Presidência da República	Lei nº. 1.598
1987	CVM	Orientação CVM n.º 15
1997	Presidência da República	Lei n.º 9.532
2007	Presidência da República	Lei n.º 11.638/07
2009	Presidência da República	Lei n.º 11.941/09
2010	CPC	CPC 15 (R1)
2014	Presidência da República	Lei n.º 12.973

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação ao levantamento de estudos anteriores semelhantes, foram realizadas consultas a base de dados da *Scientific Periodicals Eletronic Library*, com as palavras-chave “ágio por expectativa de rentabilidade futura” e “*goodwill*” para que fosse possível obter artigos científicos sobre o tema. A consulta originou um total de onze artigos publicados com as palavras-chave relacionadas, dentro deles apenas quatro possuíam alguma semelhança como o estudo histórico do *goodwill*, conforme já mencionado no Capítulo 2. A data base em que a pesquisa foi realizada é a de dia 16 de agosto de 2015.

Além dos artigos identificados na base SPELL utilizou-se também a tese de doutorado do Professor Eliseu Martins, apresentada em 1972, por se tratar de uma obra pioneira e de extrema importância para o estudo do *goodwill* no Brasil.

3.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Para atingir os objetivos da pesquisa, buscou-se apresentar o *goodwill* em seu tratamento contábil e fiscal ao longo do tempo de forma linear, apresentado por meio de quadros comparativos, linhas do tempo e exemplos de seu tratamento e suas modificações. Dessa forma, foram evidenciados os efeitos de cada alteração de tratamento do *goodwill*, separados entre tratamentos contábeis e fiscais e posteriormente relacionando os dois efeitos.

Num primeiro momento, para alcançar o primeiro objetivo específico, visando à visualização do conceito do *goodwill* em relevantes obras brasileiras de contabilidade apresentou-se o conceito por meio de quadros e analisou-se sua evolução e as divergências encontradas.

Posteriormente, para alcançar o segundo objetivo específico, visando à análise da evolução contábil foi apresentado uma linha do tempo com os principais fatos que alteraram a contabilidade do *goodwill* no Brasil e posteriormente foram apresentados os lançamentos contábeis referentes ao tema.

Para alcançar o terceiro objetivo específico, visando apresentar o desenvolvimento fiscal do *goodwill* no Brasil apresentou-se uma linha do tempo que demonstrava as principais alterações fiscais oriundas da legislação e explicaram-se suas devidas alterações.

Por fim, para alcançar o quarto objetivo específico, foi apresentado uma linha do tempo relacionando as alterações de ordem contábil com as alterações de ordem fiscal explicando-se a forma como elas interagiram para desenvolver o tratamento do *goodwill* para chegar à maneira como ele é tratado hoje.

3.4 CARACTERIZAÇÃO DOS DADOS

Considerando que nesta pesquisa foram utilizados livros especializados, Leis e Normas para atingir os objetivos almejados, assim se faz necessário classificá-los conforme sua caracterização de dados. Os dados coletados foram de origem documental (fontes primárias) e bibliográfica (fontes secundárias).

Desta forma, foram classificadas as Leis e Normas como sendo de origem primária, por não sofrerem qualquer tipo de análise de terceiros sobre sua informação, para Rodrigues (2007, p. 72):

Fontes primarias são aquelas fornecidas diretamente pelo objeto pesquisado, ou por alguém ou alguma coisa que direta ou indiretamente transmita informações sobre o objeto. Tal informação, entretanto, não deve ser o resultado de um estudo sistemático do informante, não há de ser uma análise ou interpretação técnica ou científica, ou a fonte seria secundária.

Já as obras especializadas de contabilidade são caracterizadas como fonte secundária, pois já sofreram algum tipo de análise ou interpretação de documentos originais, para Beuren (2006, p. 87):

O material consultado na pesquisa bibliográfica abrange todo referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros. Por meio dessas bibliografias reúnem-se conhecimentos sobre a temática pesquisada. Com base nisso é que se pode elaborar o trabalho monográfico, seja ele em uma perspectiva histórica ou com o intuito de reunir diversas publicações isoladas e atribuir-lhes uma nova leitura.

Sendo assim, foi elaborado o Quadro 6 que classifica as obras entre bibliográficas e documentais, primárias e secundárias utilizadas na presente pesquisa. A classificação é baseada nas obras sobre metodologia escritas por Gil (2002), Beuren (2006) e Rodrigues (2007).

Quadro 6 - Caracterização dos dados levantados

Lei/Obra Consultada	Tipo de dado	Fonte
Lei nº. 6.404/76	Documental	Primária
Lei nº. 1.598/77	Documental	Primária
Obra: Contabilidade	Bibliográfico	Secundária
Orientação CVM n.º 15/87	Documental	Primária
Obra: Manual de contabilidade das sociedades por ações	Bibliográfico	Secundária
Obra: Teoria da contabilidade	Bibliográfico	Secundária
Lei n.º 9.532/97	Documental	Primária
Obra: Teoria da contabilidade	Bibliográfico	Secundária
Obra: Manual de contabilidade das sociedades por ações	Bibliográfico	Secundária
Obra: Manual de contabilidade das sociedades por ações	Bibliográfico	Secundária
Lei n.º11.638/07	Documental	Primária
Lei n.º11.941/09	Documental	Primária
CPC 15 (R1) / 2010	Documental	Primária
Obra: Manual de contabilidade societária	Bibliográfico	Secundária
Obra: Manual de contabilidade societária	Bibliográfico	Secundária
Obra: Regulamentação Fiscal das Normas Contábeis do IFRS e CPC – Lei nº 12.973/14	Bibliográfico	Secundária
Lei n.º 12.973/14	Documental	Primária

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nas teorias sobre pesquisa trazidas por Gil (2002), Beuren (2006) e Rodrigues (2007).

Conforme apresentado, as obras estudadas serviram para fundamentar a pesquisa sobre a evolução do *goodwill* na contabilidade brasileira entre os anos de 1976 até 2015.

4 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Como uma ciência humana aplicada, a contabilidade está sujeita a constantes variações da maneira de como é escrita e aceita, em menos de uma geração pode-se identificar inúmeras mudanças na forma de como um ativo é descrito e mensurado.

Estudando o *goodwill* é possível notar como esse ativo foi se desenvolvendo. Ao longo de uma série histórica foram identificadas literaturas de renome que classificam e definem o *goodwill*.

Para que fosse possível atingir os objetivos pretendidos para este trabalho foi necessário um levantamento histórico, tanto bibliográfico como documental, do entendimento sobre o *goodwill* ao longo dos anos. Depois de realizado este levantamento foi possível apresentar uma linha temporal que demonstra o desenvolvimento do entendimento do *goodwill* tanto na sua escrita contábil como em seu tratamento fiscal e posteriormente relacionar tais desenvolvimentos.

4.1 APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO TRATAMENTO CONCEITUAL DO *GOODWILL* DESDE 1976 ATÉ 2015

Conforme já apresentado, atualmente a definição do conceito contábil do *goodwill* é dada pelo CPC-15 R1 (2011), este pronunciamento contábil do CPC define o tratamento contábil em eventos de combinações de negócios, eventos os quais são os únicos a possibilitar o reconhecimento contábil do *goodwill*. Ao longo dos anos diversos autores demonstravam como deveria ser representado o conceito de *goodwill*, entretanto tais demonstrações variavam conforme o tempo.

Para que seja possível visualizar os diversos conceitos apresentados ao longo dos anos estudados sobre o *goodwill* elaborou-se o Quadro 7 que apresenta de forma sintética os diversos entendimentos dos autores abordados nesta pesquisa sobre o surgimento do *goodwill*. O Quadro 7 apresenta o ano da obra, os autores o título da obra estudada e a definição de como o *goodwill* é originado.

Quadro 7 - Exposição das definições sobre o surgimento do *goodwill* dos autores estudados

Ano	Autores	Obra	Definição
1972	Martins	Contribuição a avaliação do ativo intangível	Pagamento superior ao valor de custo referente a itens intangíveis e inseparáveis do negócio como <i>know-how</i> , propaganda eficiente, localização geográfica estratégica entre outros ativos que dão valor econômico a entidade, mas não são registrados no balanço.
1982	Golveia	Contabilidade	Pagamento de valor superior ao valor contábil oriundo de diversas razões, como, por exemplo, projeções que a rentabilidade da sociedade indicando maior rentabilidade por redução de custos ou aumento de vendas.
1995	Iudícibus Martins Gelbcke	Manual de contabilidade das sociedades por ações	Ágio decorrente de pagamento de um valor maior que o patrimonial em função da expectativa de rentabilidade futura em coligadas ou controladas adquiridas.
1997	Iudícibus	Teoria da contabilidade	O excesso de preço pago na compra de um patrimônio sobre o valor de mercado de seus ativos ou também a diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa gerados pelo empreendimento e o valor de custo dos elementos que geram tal fluxo.
1999	Hendriksen e Van Breda	Teoria da contabilidade	O <i>goodwill</i> comprado é reconhecido automaticamente pela diferença entre o valor pago por uma empresa e o valor justo de seus ativos líquidos.
2003	Iudícibus Martins Gelbcke	Manual de contabilidade das sociedades por ações	Ágio decorrente de pagamento em valor maior que o patrimonial em função de expectativa de rentabilidade futura em coligada ou controlada adquirida.
2009	Iudícibus Martins Gelbcke	Manual de contabilidade das sociedades por ações	Ágio decorrente de pagamento em valor maior que o patrimonial em função de expectativa de rentabilidade futura em coligada ou controlada adquirida
2010	Iudícibus <i>et al.</i>	Manual de contabilidade societária	Diferença entre o valor justo atribuído ao negócio e o valor justo dos ativos líquidos da investida em uma combinação de negócios.
2013	Martins <i>et al.</i>	Manual de contabilidade societária	Valor pago referente à expectativa de benefícios futuros em combinação de negócios. É representado pela diferença entre o custo do investimento e a parte paga pelo investidor no valor justo dos ativos líquidos da investida.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas obras estudadas.

O quadro apresentado demonstra um refinamento ao longo dos anos sobre a determinação do valor a ser registrado como *goodwill*, desta maneira é possível identificar que as definições mais antigas eram simplificadas quanto ao modo de se mensurar e calcular o *goodwill* deixando ao leitor possíveis dúvidas sobre o real valor a ser registrado.

A tese referente ao título de Doutorado de Martins (1972), apesar de ser anterior ao período analisado, se fez relevante para este estudo, pois é um marco conceitual referente ao *goodwill* trazendo um estudo completo sobre a construção da correta definição deste ativo desde o século de 1800.

Apesar de a obra de Martins (1972) ter um caráter completamente diferente das outras obras analisadas, por não ter o intuito de evidenciação contábil didática que os demais livros estudados apresentam, a tese vai além de seu tempo, apresentando o conceito correto de *goodwill* antes mesmo da publicação da Lei n.º 6.404/76, que data o início do objeto desta pesquisa.

O livro brasileiro mais antigo analisado, escrito por Golveia é datado de 1982 demonstrou o *goodwill* de maneira vaga, sem demonstrar sua origem ou contabilização. Na definição de Golveia (1982) boa parte da definição correta de *goodwill* é atribuída ao fundo de comércio.

O referido erro conceitual é criticado por Martins (1972) (dez anos antes da publicação de Golveia), entretanto é apresentado por Golveia (1982) que apropria ao fundo de comércio a característica de ser um ativo de difícil mensuração, oriundo de uma expectativa de retorno referente a qualidades únicas do bem investido e que só pode ser contabilizado a partir da aquisição de terceiros.

Identifica-se, na definição de Golveia (1982), para o fundo de comércio todas as características do *goodwill*, e em sua definição de expectativa por rentabilidade futura apenas orienta que é um valor oriundo de projeções gerenciais que resultam em uma lucratividade maior da investida oriunda de redução de custos ou aumento de vendas.

Na obra de Iudícibus, Martins e Gelbcke (1995, p. 265) é possível notar o mesmo erro conceitual que foi apresentado por Golveia em 1982, apropriando ao fundo de comércio a mesma definição de *goodwill*. O erro identificado compreende em atribuir ao fundo de comércio bens “como nome e tradição da empresa no mercado, imagem e qualidade de seus produtos, clientela já formada, qualidade e treinamento de seus funcionários, processos técnicos de fabricação, etc.” que são, por definição, parte do *goodwill*.

É interessante analisar que dois anos após a publicação do Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (1995), Iudícibus (1997) publicou o livro “Teoria da

Contabilidade” que apresenta tanto o uso correto do termo *goodwill*, sem compará-lo ao fundo de comércio, quanto traz uma definição alinhada àquela apresentada nas publicações internacionais.

O erro conceitual apresentado na quarta edição do Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações é repetido em sua sexta edição em 2003. A publicação de Iudícibus, Gelbcke e Martins repete o erro em passagem que traduz o *goodwill* em fundo de comércio, conforme Iudícibus, Gelbcke e Martins (2003, p. 182):

Além disso, o fundo de comércio (ou *goodwill*, como conhecido na língua inglesa) e os outros ativos intangíveis da empresa não mais são do que justificativa para a expectativa de rentabilidade futura da empresa, estando, portanto, já abrigados no item *a* acima. Por outro lado, a utilização de termos como *intangível* e *fundo de comércio*, como fundamentação do ágio ou deságio é de natureza bastante genérica e abstrata, trazendo grandes dificuldades para determinarmos critérios e bases objetivas para sua amortização.

O erro conceitual deixa de aparecer nas literaturas relevantes com a definição postulada pelo CPC-15 R1 (2011) que, com a força da convergência para as normas internacionais no Brasil, passa a orientar sobre o reconhecimento das combinações de negócios na contabilidade das sociedades.

As definições dos autores do “Manual de contabilidade societária” posteriores ao CPC 15-R1 já utilizam o termo *goodwill* quando se referem ao ágio por expectativa de rentabilidade futura, contabilizado após a combinação de negócios. Iudícibus *et. al.*(2010) e Martins *et al.*(2013) já não fazem menção ao fundo de comércio e citam de forma direta o CPC.

A seguir, no Quadro 8 são apresentados, dentre as obras analisadas, um resumo de quais apresentam ou não o erro conceitual identificado nas análises sobre a correta identificação e definição do termo *goodwill* e sua relação com o termo dado ao fundo de comércio.

Quadro 8 - Análise do conceito apresentado nas obras estudadas

Ano	Autores	Obra	Análise do conceito
1972	Martins	Contribuição a avaliação do ativo intangível	Nega que fundo de comércio seja a totalidade do conceito correto do <i>goodwill</i> .
1982	Golveia	Contabilidade	Não utiliza o termo <i>goodwill</i> e apresenta erro conceitual referente a relação entre <i>goodwill</i> e fundo de comércio.
1995	Iudícibus Gelbeke Martins	Manual de contabilidade das sociedades por ações	Não utiliza o termo <i>goodwill</i> e apresenta erro conceitual referente a relação entre <i>goodwill</i> e fundo de comércio.
1997	Iudícibus	Teoria da contabilidade	Uso correto do termo <i>goodwill</i> , não o comparando com fundo de comércio.
1999	Hendriksene Van Breda	Teoria da contabilidade	Tradução de título estrangeiro. Faz uso correto do termo <i>goodwill</i> .
2003	Iudícibus Gelbeke Martins	Manual de contabilidade das sociedades por ações	Apresenta erro conceitual referente à relação entre <i>goodwill</i> e fundo de comércio.
2009	Iudícibus Gelbeke Martins	Manual de contabilidade das sociedades por ações	Apresenta erro conceitual referente à relação entre <i>goodwill</i> e fundo de comércio.
2010	Iudícibus <i>et. al.</i>	Manual de contabilidade societária	Não faz mais menção ao fundo de comércio, utiliza a definição do CPC.
2013	Martins <i>et. al.</i>	Manual de contabilidade societária	Não faz mais menção ao fundo de comércio, utiliza a definição do CPC.

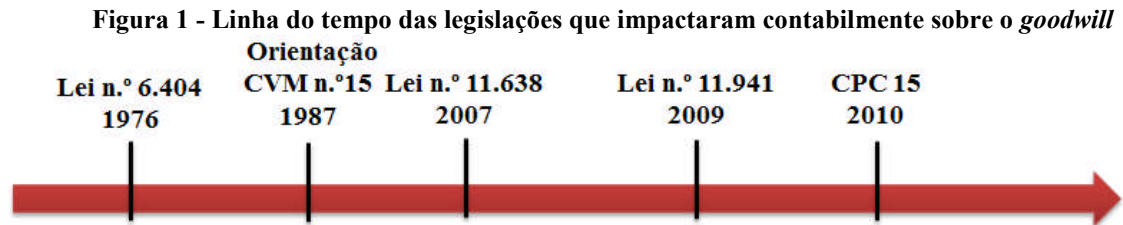
Fonte: Elaborado pelo autor com base nas obras estudadas.

Conforme demonstrado, é identificado que até a criação do CPC 15-R1 o erro conceitual apresentado pelos autores das publicações voltadas a contabilidade como um todo é repetido desde 1982 só passando a ser corrigido em 2010 pelo Manual de Contabilidade Societária, uma importante fonte de pesquisa em contabilidade para os contadores no Brasil.

4.2 APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO CONTÁBIL DO *GOODWILL* DESDE 1976 ATÉ 2015

Este capítulo tem o intuito de apresentar a evolução do tratamento contábil atribuído ao *goodwill* deste 1976 até 2015, para tal será apresentada uma linha do tempo com os principais fatos que impactaram sobre o *goodwill* e as orientações dadas pelos principais autores da área contábil sobre os lançamentos contábeis que originam o *goodwill*.

A Figura 1 apresenta os principais eventos oriundos de legislações ou pronunciamentos contábeis que tiveram impactos sobre o tratamento contábil do *goodwill* demonstrados em forma de linha do tempo.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Observando a linha do tempo apresentada na Figura 1 nota-se um grande espaçamento temporal referente às alterações sobre orientações referentes ao *goodwill*. Também será apresentado, ao longo deste capítulo, que as alterações não modificam a forma da contabilização, mas sim regulamentam sobre as exigências sobre o que deve ser contabilizado.

Apesar de em 1976 a Lei n.º 6.404 não fazer menção direta ao *goodwill* foi de relevante, pois, entre outros fatores, regulamentava sobre a combinação de negócios, fato gerador do registro do *goodwill* na contabilidade. Nos demais eventos há citações expressas sobre o *goodwill* e serão tratados ao longo deste capítulo.

Quanto à contabilização do *goodwill* apesar das divergências conceituais apresentadas pelos autores não houve divergência quanto ao seu registro. O ágio pago nas combinações de negócios com caráter de *goodwill* é sempre apresentado como um lançamento a débito para a empresa adquirente, juntamente com o valor da equivalência patrimonial e com contrapartida a crédito na conta de bancos ou a disponibilidade líquida apresentada pela empresa (como títulos a pagar o caixa).

A demonstração apresentada por Golveia (1982) da contabilização do *goodwill*, não dava ênfase a existência deste ativo, nem mesmo o apresentando diretamente em seu exemplo de contabilização. A maneira escolhida por Golveia de representar tanto a contabilização se dava somente pela denominação de uma subconta de ágio dentro da conta de permanente.

Para Golveia (1982) a contabilização da aquisição era então feita da seguinte maneira:

- (D) Investimentos - Participação na empresa investida (Permanente);
- (D) Investimentos - Ágio na aquisição de ações da empresa investida (Permanente);
- (C) Bancos (Circulante).

Entretanto, na obra de Golveia (1982), é ressaltado que para cada novo investimento se deve registrar em subconta analítica individual os valores apurados, separando entre valor patrimonial e ágio ou deságio. Dentro da subconta de Ágio encontram-se os valores de ágio fundamentado em diferença de entre o valor de mercado de bens do ativo e o valor contábil desses bens na investida o oriundo de fundo de comércio, intangíveis e outras razões econômicas e o fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura.

Ao longo do estudo notou-se que os conceitos de *goodwill* e fundo de comércio demoraram alguns anos para serem apresentados de forma correta. Entretanto ambos os itens deveriam ser contabilizados dentro da conta de “Participações permanentes em outras sociedades pela equivalência patrimonial” em suas devidas subcontas, pois conforme o Parecer de Orientação n.º 15 da CVM de 1987 a efetiva razão do ágio deveria ser especificada, sendo então os seguintes lançamentos:

- (D) Investimentos - Participações permanentes em outras sociedades pela equivalência patrimonial - Valor da equivalência patrimonial;
- (D) Por diferença de valor de mercado;
- (D) Por fundo de comércio, intangível e outras razões econômicas;
- (C) Bancos ou Títulos a pagar.

A Orientação n.º 15/87 da CVM é usada por Iudícibus, Martins e Gelbcke (1995) para determinar o lançamento do investimento que possuísse ágio. Mais uma vez o erro conceitual é notado em sua forma de lançamento, pois tanto a quarta edição do Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (1995) quanto a CVM retiravam características do *goodwill* e atribuíam ao fundo de comércio.

Na sexta edição do Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações nota-se que Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003), em sua demonstração de contabilização atribuíram o mesmo tratamento dado, ao fundo de comércio, intangível e outras razões econômicas para o *goodwill*, explicando que tanto fundo de comércio quanto ágio por expectativa de rentabilidade futura seria a tradução do termo *goodwill* e apresentaram sua contabilização da seguinte maneira:

- (D) Investimentos - Participações permanentes em outras sociedades pela equivalência patrimonial - Valor da equivalência patrimonial;
- (D) Por diferença de valor de mercado;
- (D) Por ágio por expectativa de rentabilidade futura;
- (C) Bancos ou Títulos a pagar.

A forma correta de contabilização foi finalmente apresentada em 2010 com a orientação do CPC 15 (R1) que além de definir o real significado de *goodwill*, o regulamentava de forma clara e precisa, cessando assim, a confusão conceitual trazida pelas obras anteriores relatadas.

Apesar de não se diferenciar muito do lançamento apresentado em 2003, à forma como é tratada foi base tanto para primeira quanto para a segunda edição do Manual de Contabilidade Societária de Iudícibus *et. al.* (2010) e Martins *et. al.* (2013), que trazem o exemplo da contabilização da seguinte maneira:

- (D) Investimentos - Participações em outras sociedades pela equivalência patrimonial - Valor patrimonial;
- (D) Investimentos – Mais-valia de ativos líquidos;
- (D) Investimentos – Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*);
- (C) Bancos

O lançamento é feito já tratando o *goodwill* como a representação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura no lançamento, fato que ainda não havia acontecido em representações do Manual, representando assim a correção dos autores sobre o equívoco anteriormente apresentado.

Vale lembrar que apesar do termo “fundo de comércio” não ser a definição correta para o *goodwill* ele faz parte do valor que compõe o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Martins *et. al.* (2010) explicam que fundo de comércio, intangíveis e outras razões econômicas compõem a expectativa do valor da rentabilidade futura e comete-se uma impropriedade ao desmembrá-los do *goodwill* como a legislação brasileira fez.

Por fim, nota-se que quanto à contabilização do *goodwill*, até a definição trazida pelo CPC 15 (R1), que trouxe mudanças e esclarecimentos relevantes para a contabilidade brasileira em relação ao goodwill, não houve outras mudanças relevantes durante o período analisado. A sua contabilização ocorrerá sempre somente no momento da combinação de negócios, pois não pode ser reconhecido se internamente na empresa.

Quanto à amortização do *goodwill*, não existe a previsão desse tratamento para fins contábeis, apenas para fins fiscais. Conforme CPC 01 R1 (2010) o tratamento correto para se reavaliar o *goodwill* é por meio de teste de recuperabilidade (*impairment teste*) e dizer a periodicidade destes testes. No próximo tópico, serão apresentadas as considerações sobre os aspectos fiscais atribuídos ao *goodwill* no período analisado.

4.3 APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO FISCAL DO GOODWILL DESDE 1976 ATÉ 2015

A evolução do tratamento fiscal do *goodwill* ao longo dos anos deve ser sempre um reflexo daquilo que a legislação vigente exige. Com o intuito de apresentar uma linha histórica sobre as exigências da legislação sobre o tratamento do *goodwill* desde a Lei n.º 6.404/76, que representou um avanço histórico no tratamento das sociedades anônimas no Brasil, até a Lei n.º 12.973/14, que atualmente rege sobre as formas de tributação da pessoa jurídica aqui domiciliada, foi criada a Figura 2.

Para que seja facilitada a visualização da legislação que altera os tratamentos fiscais sobre o *goodwill* nas atividades de combinações de negócios no Brasil será apresentada uma linha do tempo. O objetivo da Figura 2 é apresentar as principais legislações identificadas que aplicaram alterações relevantes no tratamento fiscal do *goodwill* desde a Lei n.º 6.404/76 até 2015.

Figura 2 - Linha do tempo das leis que impactaram fiscalmente sobre o *goodwill*



Fonte: Elaborada pelo autor.

A partir da linha do tempo apresentada na Figura 2 é possível localizar temporalmente os principais impactos no ponto de vista legislativo no Brasil quanto ao tratamento fiscal do *goodwill*. A linha histórica abrange todo o período estudado, visto que a Lei n.º 12.973 tem sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2015.

A Lei n.º 6.404/76 representa o marco histórico para o avanço da contabilidade no Brasil, suas determinações elevavam o Brasil a um patamar de qualidade internacional do que tange a controle societário. Por conta disso, definições de negociações entre sociedades passam a ter um controle mais rígido e preciso do estado, obrigando as empresas a evidenciar de maneira padronizada suas demonstrações e operações.

Para que fosse possível acompanhar o desenvolvimento trazido pela Lei n.º 6.404/76, no ano de 1977 foi sancionada a Lei n.º 1.598 que visava adaptar a legislação vigente sobre o imposto sobre a renda de qualquer natureza, dessa maneira a Lei n.º 1.598/77 vigora até hoje, sofrendo diversas alterações, sendo a última oriunda da Lei n.º 12.973/94.

Em sua redação original o Decreto-lei n.º 1.598/77 havia a determinação de que em todo investimento adquirido que fosse avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) deveria constar um desdobramento do custo de aquisição segregando o valor patrimonial do patrimônio líquido adquirido do montante de ágio investido na operação.

O texto da Lei n.º 1.598/77 era categórico quanto às definições de ágio encontradas na época segredando-o em três possíveis critérios de fundamento. No parágrafo segundo do artigo vigésimo da Lei n.º 1.598/77, era possível encontrar a seguinte definição:

O lançamento do ágio ou deságio deverá indicar, dentre os seguintes, seu fundamento econômico:

- a) valor de mercado de bens do ativo da coligada ou controlada superior ou inferior ao custo registrado na sua contabilidade;
- b) valor de rentabilidade da coligada ou controlada, com base em previsão dos resultados nos exercícios futuros;
- c) fundo de comércio, intangíveis e outras razões econômicas.

Na própria legislação havia o erro conceitual de separar o *goodwill* do fundo de comércio, identificado na literatura contábil, entretanto, por atribuir tanto ao ágio por expectativa de rentabilidade futura quanto ao fundo de comércio o mesmo tratamento, referente à escrituração e amortização, para fins fiscais o erro conceitual pode impactar na forma como a sociedade fundamenta o ágio e assim, na forma como ela tem direito a amortizá-lo.

Até o ano de 1997 para fins de amortização conforme o artigo 25 parágrafo primeiro da Lei n.º 1.598/77 somente o ágio cujo fundamento fosse a diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos bens do ativo da coligada ou controlada deveria ser amortizado no exercício social em que os bens que o justificaram forem baixados por alienação ou perecimento, ou nos exercícios sociais em que seu valor for realizado por depreciação, amortização ou exaustão. Não havendo amortização do *goodwill*. A partir de 1997 com a Lei

n.º 9.532 a dedutibilidade fiscal para o *goodwill* ainda trazia problemas conceituais aos contadores, pois exigia que a amortização do ágio em operações de investimento avaliadas pelo MEP que fosse fundamentado por expectativa de rentabilidade futura deveria ser feita em um período mínimo de cinco anos e aquele fundamentado pelo fundo de comércio, intangível e outras razões econômicas seria indedutível para fins fiscais.

A orientação sobre a dedutibilidade do *goodwill* era regida pela Lei n.º 9.532/97 até o ano de 2014 com a vigência da Lei n.º 12.973/14 que alterava tanto a Lei n.º 9.532/97, quanto as Leis n.º 6.404/76 e n.º 1.598/77.

A Lei n.º 12.973/14 teve forte impacto sobre a legislação fiscal, pois alinha novamente as definições contábeis com as referentes à tributação no Brasil, e finalmente corrige o tratamento equivocado de segregar o *goodwill* do conceito atribuído ao fundo de comércio, intangíveis e outras razões econômicas.

Conforme a definição legal atribuída pela Lei n.º 12.973/14 para fins das apurações de IRPJ e CSLL das sociedades que tiveram investimentos com *goodwill*, decorrente de aquisições de participações societárias avaliadas pelo MEP e que a participação societária não seja entre partes dependentes, poderá amortizar o *goodwill* de suas apurações num período mínimo de 60 meses (cinco anos) após o evento da incorporação, cisão ou fusão.

Entretanto, a Lei n.º 12.973/14 veda o direito à amortização caso a avaliação do valor justo da investida não seja suportado por laudo realizado por perito independente, devidamente protocolado na Receita Federal e que exima os saldos de *goodwill* de eventuais vícios ou incorreções de caráter relevante.

Assim, a orientação atual da RFB é de que, desde que devidamente comprovados os aspectos legais referentes à existência do *goodwill* a despesa incorrida em sua aquisição torna-se dedutível, diminuindo a base de cálculo do IRPJ e da CSLL resultando numa diminuição no recolhimento. Dessa maneira, apresentando a exigência atual sobre o ativo alvo do estudo, conclui-se a análise do desenvolvimento fiscal do *goodwill* no Brasil.

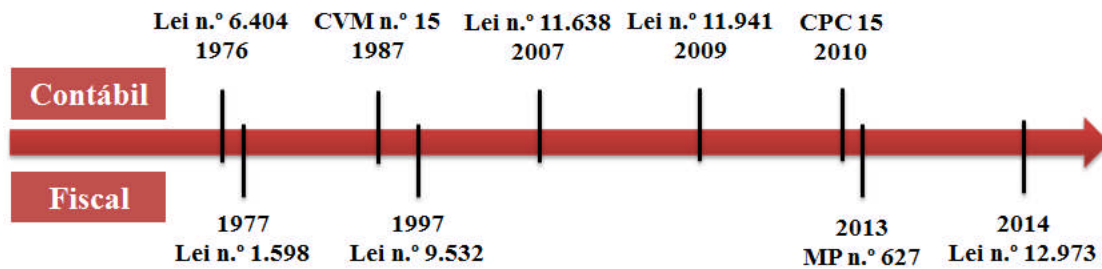
4.4 AVALIAÇÃO DA EVOLUÇÃO CONTÁBIL COM A EVOLUÇÃO FISCAL DO *GOODWILL* DESDE 1976 ATÉ 2015

Ao longo deste trabalho foram apresentadas, em abordagens separadas, as alterações de tratamento contábil e fiscal referente ao *goodwill* no Brasil desde 1976 até 2015, entretanto, estes tratamentos não acontecem de maneiras distintas e devem sempre acontecer

de maneira que interajam entre si. O presente capítulo tem o intuito de fazer uma relação entre as duas abordagens para facilitar a visão do leitor referente ao tema do presente trabalho.

A Figura 3 irá apresentar os momentos marcantes específicos ao *goodwill* para a contabilidade e seu tratamento fiscal no Brasil desde 1976, ano da Lei n.º 6.404 que data o início das análises apresentadas neste trabalho.

Figura 3 - Linha do tempo: Principais eventos que impactaram sobre o tratamento do *goodwill*



Fonte: Elaborada pelo autor.

A partir da evolução na linha do tempo é possível identificar de forma cronológica os impactos sobre o tratamento contábil e as orientações fiscais referentes ao *goodwill* no Brasil desde 1976 até 2014, data da última alteração significativa. Dessa forma, é possível identificar um padrão referente aos eventos que parecem ter relação o tratamento contábil e fiscal por meio desta análise.

Tal padrão se manifesta de maneira a evidenciar a evolução não só para o *goodwill*, mas para a relação entre a contabilidade e as exigências fiscais no Brasil. Esta pesquisa revela que existe no Brasil um comportamento de que: Para que seja necessária uma alteração fiscal sobre um objeto contábil que impacta no Imposto de Renda, há necessariamente de haver, anteriormente na contabilidade, uma mudança no comportamento ou entendimento desse objeto, ou seja, para que haja alteração no tratamento fiscal anteriormente deve-se haver uma alteração contábil.

Desta forma nota-se no *goodwill*, em suas alterações ocorridas no Brasil, estava sujeito primeiramente a uma alteração de entendimento contábil para depois passar a ser tratado de forma diferente na legislação fiscal.

Primeiramente era apresentado na Lei n.º 6.404/76 como parte da combinação de negócios entre sociedades anônimas, ainda não era tratado como *goodwill*, mas tinha sua natureza retratada como exigência na contabilização. Logo no ano seguinte a Lei n.º 6.404/76 foi publicada a Lei n.º 1.598/77 que adequava à legislação fiscal a nova legislação contábil.

Nesse momento acontece, talvez, o início da confusão conceitual sobre o tratamento do *goodwill*, pois é na redação da Lei nº. 1.598/77, conforme já apresentado no capítulo 4.2 deste trabalho, que é atribuído ao fundo de comércio os conceitos provenientes do *goodwill* e há nesse momento a segregação de seus conceitos com o ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Com a Orientação CVM n.º 15/87 o entendimento contábil sobre o *goodwill* sofria nova alteração, mas a orientação comete o mesmo erro da Lei nº. 1.598/77, ao definir incorretamente o *goodwill*, assim propagando a confusão conceitual. O reflexo para a alteração trazida pela orientação CVM seria apresentado dez anos depois, pela alteração de ordem fiscal com a Lei n.º 9.532/97.

Na década de 2000 com a criação do CPC em 2005 e a evolução da contabilidade, a Lei n.º 11.638/07 foi publicada, alterando novamente entendimentos contábeis e dando força a entidade CPC para que fosse possível a aceleração a convergência internacional.

O impacto da Lei n.º 11.638/07 na legislação contábil teve que ser complementado com a criação da Lei n.º 11.941/09, entre outros fatores, que trata de critérios de avaliação de ativos e passivos, assim como alterou a legislação tributária para balancear os novos conceitos contábeis.

Finalmente, com a criação do CPC 15 (R1) em 2010 é que o *goodwill* deixa de apresentar erros conceituais e é representado com sua real atribuição. A importância dos pronunciamentos do CPC como regulamentação das práticas contábeis aumenta o grau de confiabilidade das informações geradas no Brasil e facilitam o entendimento do usuário.

Como resposta as distorções contábeis oriundos das Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09 uma nova alteração tributária se fez necessária com a MP n.º 627/13 que alterou o tratamento de impostos federais sobre pessoas físicas e jurídicas no Brasil. A MP n.º 627/13 foi convertida em lei no ano seguinte resultando no último momento analisado nesta monografia.

A última alteração abordada, pelo presente trabalho, que teve efeito sobre o tratamento fiscal do *goodwill* foi oriunda da Lei n.º 12.973/14, que entre outros objetivos buscou trazer isonomia entre as regras contábeis e a legislação fiscal. Por meio das orientações promovidas pela Lei n.º 12.973/14 ficou mais bem evidenciada a maneira como se deve tratar do *goodwill* para fins de tributação.

5 CONCLUSÕES

Neste capítulo do trabalho são apresentadas as conclusões referentes ao estudo feito neste presente trabalho. Visando uma melhor organização da apresentação das conclusões, neste capítulo são abordadas conclusões relativas aos objetivos específicos que foram definidos nesta pesquisa para que o objetivo geral fosse atingido. Englobam as conclusões desta pesquisa quanto aos resultados encontrados e apresenta as sugestões para futuras pesquisas relacionadas ao tema deste trabalho.

5.1 CONCLUSÕES QUANTO AOS OBJETIVOS

Este trabalho teve como objetivo demonstrar a evolução do tratamento conceitual, contábil e fiscal do *goodwill* desde a Lei n.º 6404/76 até o ano de 2015. Para que fosse possível realizar essa demonstração foi feito um levantamento tanto bibliográfico quanto documental para apresentar a evolução dos tratamentos analisados.

Para se alcançar tanto o primeiro quanto o segundo objetivos específicos, que era de apresentar uma linha histórica dos tratamentos conceituais e contábil do *goodwill* de 1976 até 2015, se fez necessário identificar obras que apresentavam o conceito e a contabilização do *goodwill* ao longo dos anos estudados.

Por meio das obras coletadas foi possível identificar apresentações diferentes quanto ao conceito do *goodwill*. No capítulo 4.1 foi possível identificar uma linha temporal sobre os conceitos apresentados pelos autores sobre o surgimento do *goodwill* nas práticas contábeis, assim apresentando uma linha histórica sobre o entendimento deste ativo.

Por meio de uma linha do tempo e demonstrações dos lançamentos referentes à criação do *goodwill* foi possível identificar a evolução atribuída a este ativo ao longo dos anos referentes à sua contabilização.

Para se alcançar o terceiro objetivo específico, que foi de apresentar uma linha histórica do tratamento fiscal do *goodwill* de 1976 até 2015, foi necessário um levantamento documental sobre as legislações que regulamentavam sobre o tema deste presente trabalho. Tal levantamento foi evidenciado no capítulo 4.2 que demonstram ao leitor uma linha do tempo com as leis que regulamentavam o *goodwill* e suas devidas definições.

Por fim, sobre o quarto objetivo específico, o de avaliar a evolução do tratamento contábil e fiscal do *goodwill* ao longo dos anos entre 1976 até 2015, foi realizada uma comparação entre as alterações sofridas pela regulamentação do *goodwill* no âmbito contábil

com as alterações no cenário fiscal. A relação entre as duas vertentes é apresentada e evidenciada em forma de linha do tempo, que demonstra as alterações trazidas pelos fatos mais importantes que impactaram sobre a evolução do *goodwill*.

Entende-se que os objetivos desta pesquisa foram atingidos, uma vez que é possível visualizar as mutações referentes ao conceito do *goodwill* e seu tratamento contábil e fiscal ao longo dos anos delimitados neste estudo realizado no Brasil.

5.2 CONCLUSÕES QUANTO AOS RESULTADOS

O estudo sobre o *goodwill* apresentou resultados inusitados. Apesar de ser um ativo de difícil mensuração e definição complexa não se esperava encontrar tantas divergências sobre seu entendimento no Brasil.

A apresentação deste ativo mostrava discordâncias de definições em obras de grande importância. Esta conclusão fica evidenciada no capítulo 4.1 deste trabalho, que expõe as obras com analisadas e suas apresentações conceituais do *goodwill*.

Por meio da análise dos livros ficou evidenciada a evolução não somente do *goodwill*, mas também da contabilidade como um todo. O *goodwill* é diversas vezes citado como um dos ativos de mais difícil mensuração e compreensão e, portanto, a contabilidade no Brasil precisou de anos para conseguir apresentar aos leitores um conceito correto sobre este ativo.

Apesar da confusão conceitual atribuído ao *goodwill* no Brasil, ficou evidenciado um desenvolvimento profundo da contabilidade no Brasil desde 1976 até 2015. Os avanços alcançados com a criação do CPC deram luz a um novo momento de regulamentação a contabilidade no Brasil.

Quanto ao entendimento fiscal fica evidenciada uma relação entre as mudanças contábeis e fiscais na legislação. Para que seja necessário um desenvolvimento na maneira como é regulamentada a forma de tributação primeiramente há de se haver uma alteração na maneira como a contabilidade é reconhecida.

Os reflexos desta relação, no entendimento do *goodwill*, são sensivelmente notados ao longo deste trabalho. A evolução na maneira de pensar o reconhecimento deste ativo demonstra impactos diretos sobre sua amortização fiscal e, consequentemente, sobre seus impactos financeiros sobre os contribuintes.

É importante salientar as limitações da pesquisa, o presente estudo limita-se a abordar somente o intervalo entre os anos de 1976 até 2015 de obras relevantes delimitadas na metodologia e das legislações de ordem contábil e fiscal ocorridas no Brasil, também

delimitadas no capítulo 3. Os resultados não podem abranger legislações ou obras não delimitadas nesta pesquisa, mas somente aquelas apresentadas neste trabalho.

O estudo também se limita as alterações na legislação até o ano de 2014, momento da publicação da última lei com impacto sobre o *goodwill* até o início dos estudos deste trabalho. Além disso, o trabalho somente tem foco no entendimento do *goodwill* não podendo seus resultados serem extrapolados para os intangíveis identificáveis.

5.3 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Como sugestões para trabalhos futuros, aos demais acadêmicos e interessados no tema abordado por este trabalho, sugerem-se:

1. O aprofundamento dos estudos referentes aos erros conceituais encontrados sobre o *goodwill*, através de análises quantitativas, visando demonstrar o impacto financeiro que tal erro provocou nas empresas com operações de combinação de negócios envolvendo *goodwill*;
2. O estudo sobre outros ativos intangíveis e seus respectivos desenvolvimentos tanto no âmbito contábil quanto no fiscal nos mesmos anos abordados por este trabalho, no intervalo de 1976 até 2015.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti; ALMEIDA, Rafael Jachelli. **Regulamentação fiscal das normas contábeis do IFRS e CPC: lei nº 12.973/14**. São Paulo: Atlas, 2015.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos Em Contabilidade**. 3. ed. Florianópolis: Atlas, 2006. 200 p.

BRASIL. Congresso. Senado. Decreto nº 85.450, de 04 de dezembro de 1980. **Regulamento do Imposto Sobre A Renda e Proventos de Qualquer Natureza**. Brasília, 05 dez. 1980.

BRASIL. Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 23 ago. 2105.

_____. Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 23 ago. 2105.

_____. Lei nº. 1.598, de 26 de dezembro de 1977. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1598.htm>. Acesso em: 05 set. 2105.

_____. Lei nº. 9.532, de 10 de dezembro de 1997. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9532.htm>. Acesso em: 05 set. 2105.

_____. Lei nº. 11.941, de 27 de maio de 2009. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em: 23 ago 2105.

_____. Lei nº. 12.973, de 13 de maio de 2014. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L12973.htm>. Acesso em: 23 ago. 2105.

CVM. **PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 15**, de 28 de dezembro de 1987. Procedimentos a serem observados pelas companhias abertas e auditores independentes na elaboração e publicação das demonstrações financeiras, do relatório da administração e do parecer de auditoria relativos aos exercícios sociais encerrados a partir de dezembro de 1987. Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em:
<<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/pare/anexos/pare015.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

CARLOS FILHO, Francisco de Assis *et. al.* A adoção das normas internacionais de contabilidade ocasionou um maior reconhecimento dos ativos intangíveis no Brasil? **Revista Catarinense da Ciência Contábil (CRCSC)**, Florianópolis, v. 12, n. 37, p.51-63, dez. 2013.

CAVALANTE, Paulo Roberto Nóbrega; CALDAS NETO, Cícero; ANDRADE, Geraldo Magela de. Capital Intelectual e Goodwill: Ativos Intangíveis de Dificil Mensuração. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 33, p.10-20, 2006.

CPC. Pronunciamento técnico CPC 01 R1, de 06 de agosto de 2010. Redução ao valor recuperável de ativos. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 04 R1, de 05 de novembro de 2010. Ativo intangível. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC>>. Acesso em 16 de agosto de 2015.

_____. **Pronunciamento técnico CPC 15 R1**, de 03 de junho de 2011. Combinação de negócios. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLVEIA, Nelson. **Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Mcgraw-hill do Brasil, 1982.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também as demais sociedades**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável as demais sociedades**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável as demais sociedades**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, Sergio *et. al.* **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas. 2003.

MARTINS, Eliseu. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. 1972. 121 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Contábeis, Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MARTINS, Eliseu *et. al.* *Goodwill: uma análise dos conceitos utilizados em trabalhos científicos*. **Revista Contabilidade & Finanças: USP**, São Paulo, v. 21, n. 52, p.1-25, 05 maio 2010.

MARTINS, Eliseu *et. al.* **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa- Características, Usos e Possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, dez. 1996. Semestral.

PORTAL DO INVESTIDOR. História do mercado de capitais. Disponível em: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Academico/O_Mercado_de_valores_mobiliarios_brasileiro/Historia_Mercado-Capitais.html> Acesso em: 17 ago. 2015.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica: Como Facilitar o Processo de Preparação de Suas Etapas** - Rui Martinho Rodrigues. São Paulo: Atlas, 2007. 162 p.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. ATIVOS INTANGÍVEIS: ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELOS FAS 141 E 142. **Contexto**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p.1-18, jun. 2003.

SOUZA, Maíra Melo. **Value relevance do nível de disclosure das combinações de negócios e do goodwill reconhecido nas empresas brasileiras**, 2015. 183f. Tese (Doutorado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SQUENA, Rosicleia; PASUCH, Diogo Favero. Goodwill: sua definição e relevância para a área contábil. **Revista Gestão Organizacional (RGO)**, Chapecó, v. 3, n. 1, p.44-57, jun. 2010.